



Recredenciada: Portaria MEC
nº 344, de 5 de abril de 2012.
Rua Floresta s/n, Loteamento
das Mangueiras, Planaltino.
CEP.: 44.695-000



**PROJETO DE
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARA OS CURSOS
PRESENCIAIS E EAD**

Reformulado em 2020.1

Capim Grosso/BA

2019

“A realidade não pode ser modificada, senão quando o homem descobre que é modificável e que ele pode fazê-lo. É preciso, portanto, fazer desta conscientização o primeiro objetivo de toda a educação: antes de tudo provocar uma

atitude crítica, de reflexão, que comprometa a ação”.
(FREIRE, 1980).

Sumário

APRESENTAÇÃO GERAL DO PROJETO	5
APRESENTAÇÃO DA IES	7
A MANTENEDORA	7
A MANTIDA	8
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	8
MISSÃO DA IES	9
RESPONSABILIDADE SOCIAL DA IES	10
PROJETO JOVEM CIDADÃO	10
NATAL SOLIDÁRIO	11
VESTIBULAR SOLIDÁRIO	11
PLANO EMPRESA	12
PROGRAMA DE AMPARO AO ESTUDANTE – PAE	12
PROGRAMA MAIS UNIVERSITÁRIO – PMU	13
DESCONTO ESPECIAL	13
APOIO À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	13
A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	14
INTRODUÇÃO	14
JUSTIFICATIVA	15
OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA FCG	16
<i>ABRANGÊNCIA DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA FCG</i>	17
OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES	19
1ª ETAPA - PREPARATÓRIA	19
Apresentação da CPA	19
Planejamento	21
Metodológico da Avaliação	22
Concepção da Sensibilização	24
2ª ETAPA - DESENVOLVIMENTO	25
Atividades de Sensibilização	Erro! Indicador não definido.
Seminários Internos	26

	4
Instrumentos para Coleta de Dados	26
DIMENSÕES AVALIADAS.....	27
1 - MISSÃO, PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	27
2 - POLÍTICAS PARA O ENSINO, A PESQUISA, A PÓS - GRADUAÇÃO, A EXTENSÃO	28
3. RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO, CONSIDERADA ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE À SUA CONTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO À INCLUSÃO SOCIAL E AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	31
4. COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	32
5. POLÍTICAS DE PESSOAL, DE CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO;.....	33
6. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO	35
7. INFRAESTRUTURA FÍSICA, ESPECIALMENTE A DE ENSINO E DE PESQUISA, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	36
8. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO, ESPECIALMENTE EM RELAÇÃO AOS PROCESSOS, RESULTADOS E EFICÁCIA DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL .	38
9. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES	39
10. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, TENDO EM VISTA O SIGNIFICADO SOCIAL DA CONTINUIDADE DOS COMPROMISSOS NA OFERTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	40
ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	42
METODOLOGIA DE ANÁLISE	42
CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS	42
PLANO DE MELHORIAS	42
QUEM VAI AVALIA A IES	43
QUEM SAI BENEFICIADO COM A AVALIAÇÃO	43
CRONOGRAMA DE AÇÕES	44
REFERÊNCIAS	45

APRESENTAÇÃO GERAL DO PROJETO

A Faculdade Capim Grosso - FCG consolidou o seu PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL de maneira a atender todas as modalidades de curso ofertados pela IES, nesse sentido, o mesmo foi elaborado em observância aos dispositivos norteadores do processo de auto avaliação com: Lei nº 10.861, de 14 de Abril de 2004; A Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES; Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES; Nota Técnica INEP/DAES/CONAES de nº 065 - ROTEIRO PARA RELATÓRIO DE AUTO AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - Brasília, 09 de outubro de 2014. É importante lembrar que este instrumento é fruto da interação da IES com toda a comunidade acadêmica. É importante frisar que o processo de auto avaliação de uma Instituição de Ensino Superior - IES é um exercício necessário que possibilita perceber os erros e acertos, em outras palavras, a auto avaliação da FCG é entendido como um importante instrumento transformador, capaz de sinaliza a necessidade de discussão, planejamento e implantação de ações corretivas e de melhoria da oferta do ensino superior, garantindo assim a coerência com as exigências de qualidade previstas nos instrumentos normativos vigentes, bem como aos seus objetivos, missão e valores. Sem sombra de dúvidas a auto avaliação proporciona uma visão ampliada a respeito de todos os processos que envolvem a IES.

Neste direcionamento, podemos dizer que a auto avaliação é resultado de um autoconhecimento, ou seja, quanto mais a Faculdade se conhece, mais entenderá quais os pontos que podem ser aprimorados e como evitar os mesmos erros já cometidos e o que possibilita um futuro mais sólido e assertivo. Vale ressaltar que a Faculdade Capim Grosso entende que o presente Projeto de Avaliação Institucional permite que a IES tome consciência de seus pontos forte e de suas fragilidades e, assim possa adotar medidas corretivas e de ajustes não somente para atender às exigências legais e seus objetivos, mas também para desenvolver todo o seu potencial de qualidade e de satisfação dos seus discentes, docentes e toda a comunidade acadêmica.

Não podemos deixar de citar que este Projeto foi construído visando garantir a participação de toda a Faculdade, de forma crítica e reflexiva, no movimento nacional de melhoria da qualidade da educação superior que vem sendo conduzido pelo Ministério da Educação no decorrer dos anos. Nesse processo, o acompanhamento e avaliação das ações realizadas no âmbito da IES voltadas para: A qualidade da oferta do ensino;

A interdisciplinaridade; O incentivo a prática e a iniciação científica; A Responsabilidade Social; entre outros pontos, constituem atividades de grande relevância para a formação do aluno. Espera-se, assim, desenvolver no âmbito da Instituição uma cultura de auto reflexão que garanta a busca permanente da sua excelência a partir da discussão dos seus limites e dificuldades, como também, de seus pontos positivos e avanços, como subsídio para o planejamento de suas ações e qualidade na realização de seus objetivos.

PARTE I

A FACULDADE CAPIM GROSSO - FCG

APRESENTAÇÃO DA IES

A FACULDADE DE CIÊNCIAS EDUCACIONAIS CAPIM GROSSO – FCG, pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos, CNPJ 13.569.627/0001-00, RECREENCIADA pela portaria nº 344, de 05 de abril de 2012, estabelecida na cidade de Capim Grosso – BA, situada na Rua Floresta – SN – Planaltino, CEP 44.695-000, com sede e foro no Município de Capim Grosso – BA. Sua mantenedora é denominada de INSTITUTO DIAMANTINA DE EDUCAÇÃO – IDE, é uma empresa de sociedade empresarial limitada, CNPJ sobre nº 13.569.627/0001-00. O amparo legal da IES está respaldado na portaria de Transferência de Manutenção, nº 70 de 19/02/2013. A Instituição é alicerçada no respeito à pluralidade de ideias e com forte participação da Sociedade de Capim Grosso – BA como, por exemplo, Instituições do terceiro setor, setores públicos e setores privados. Vale ressaltar que a IES tem 90% do seu quadro de funcionários formado por profissionais do seu território que, por sua vez, realizam um trabalho comprometido com a qualidade da oferta do ensino superior e, assim, espera-se que cada discente, docente e/ou colaborador leve em seu currículo a marca significativa desta Instituição. As concepções de ENSINO, PRÁTICA E EXTENSÃO da FCG tem ênfase na responsabilidade social da educação no desenvolvimento socioeconômico e sociocultural da região. Desta forma, primamos por formar profissionais éticos, comprometidos com a prática profissional, plenamente consciente do significado da sua profissão, para que assim, possa atuar diante das diversas situações do cotidiano profissional.

A MANTENEDORA

O INSTITUTO DIAMANTINA DE EDUCAÇÃO – IDE, é uma empresa de sociedade empresarial limitada inscrita no CNP sobre nº 13.569.627/0001-00. O amparo legal da IES está respaldado na portaria de Transferência de Manutenção, nº 70 de 19/02/2013.

A MANTIDA

A FACULDADE DE CIÊNCIAS EDUCACIONAIS CAPIM GROSSO – FCG, pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos, CNPJ 13.569.627/0001-00, RECREENCIADA pela portaria nº 344, de 05 de abril de 2012, estabelecida na cidade de Capim Grosso – BA, situada na Rua Floresta – SN – Planaltino, CEP 44.695-000, com sede e foro no Município de Capim Grosso – BA. No início do ano de 2009 as mantidas FABES e ISEC se unificaram passando a chamar-se oficialmente FACULDADE DE CIÊNCIAS EDUCACIONAIS CAPIM GROSSO - FCG, com autorização pela Portaria nº 1746 de 22/12/2009, divulgada no DOU em 14/12/2010. A Faculdade de Ciências Educacionais Capim Grosso, como é conhecida atualmente na comunidade, pelo seu nome fantasia Faculdade de Capim Grosso – FCG.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Gestão da IES encontra-se estabelecida através de diretrizes e ideais consolidados em legislações nacionais e documentos internos da instituição como, por exemplo, os Regimentos e Planos da Instituição. A Faculdade de Capim Grosso rege-se pela Legislação de Ensino Superior, pelo Estatuto Social da Mantenedora, pelo Regimento Geral e pelas resoluções e normas complementares de seus órgãos de deliberação.

No que se refere a práticas de gestão na FCG, a Faculdade tem buscado repensar a forma como age e se comunica com seu público interno (funcionários e professores), público externo (fornecedores e alunos) e também com outros públicos diretamente afetados pela sua atuação (órgãos governamentais, comunidade, sindicatos, pais de alunos, entre outros). A FCG parte do pressuposto da adoção de um modelo educacional em sintonia com os novos tempos e que garanta a formação integral e qualitativa do aluno e, este modelo, implica em fortes impactos para a gestão da IES, em todas as suas dimensões. No processo da Gestão Acadêmica, a FCG dispõe de profissionais capacitados, focados no desenvolvimento qualitativo do aluno, comprometido com a construção do perfil do aluno em relação ao seu curso. É importante lembrar que a IES tem suas práticas em concordância com o Ministério da

Educação – MEC. A Gestão de Pessoas caracterizada por práticas que constituem um ambiente saudável de convivência profissional capaz de promover o desenvolvimento do profissional. É importante dizer que a IES acredita na Gestão Inclusiva, ou seja, que incentive a transparência nas relações humanas e a participação das pessoas nas decisões, tornando-as parte indissociável de sua missão, sua visão de seu propósito.

No que diz respeito à Gestão Administrativa e Financeira, observa-se não somente as questões da responsabilidade na gestão do caixa e dos investimentos como também práticas relacionadas à administração da infraestrutura, relações com parceiros, fornecedores, organização interna e governança. Verificam-se ainda os impactos relacionados ao desempenho econômico da instituição, assim como ao desempenho ambiental e ao desempenho social e cultural. No que se refere à Gestão Mercadológica, a IES parte do princípio de dialogar com diversos setores de diferentes formas. Diante do desafio de uma gestão SOCIALMENTE RESPONSÁVEL, esse diálogo passa por profundas transformações, considerando-se, sobretudo o contexto contemporâneo, em que a verdade nas mensagens publicitárias e a transparência na relação estabelecida com os diversos públicos são consideradas fundamentais. Na perspectiva de uma boa Gestão, a adoção de práticas de responsabilidade social na FCG reflete como um espelho e, deste modo, tudo o que é ensinado aos alunos, permitir que as experiências vividas na Faculdade contextualizem a sua atuação profissional e que as exigências do mundo do trabalho e dos negócios ajudem a contextualizar as experiências presenciadas no âmbito da IES.

MISSÃO DA IES

Formar cidadãos e profissionais competentes e comprometidos com o desenvolvimento Regional e Nacional e com a preservação e divulgação da história e dos valores culturais da Bahia. Desta forma, busca promover a qualificação do homem nas dimensões acadêmicas, na perspectiva crítica, formando profissionais competentes e comprometidos com a transformação social por meio de ações profissionais competitivas, mas voltadas para a criação de valores humanos orientados por valores éticos. Visa assim, contribuir para o desenvolvimento da região em que está situada, através de práticas acadêmicas que visem à formação de profissionais pautada em preceitos éticos, conhecimentos técnicos e de valorização dos seres humanos.

RESPONSABILIDADE SOCIAL DA IES

A FCG compreende a Responsabilidade social como uma forma de promoção do bem-estar socioeconômico e sociocultural do seu público interno e externo, a IES atua no campo da responsabilidade social através da execução de projetos que, por sua vez, fortalece a concepção de que ações desta natureza contribuem para a formação, emancipação e enriquecimento intelectual do graduando, a partir da sensibilidade para as questões de interesse coletivo. O conceito de responsabilidade social no contexto da realidade contemporânea consiste em um conjunto de iniciativas que determina a forma como as organizações dialogam com a sociedade, permitindo-as exercer seu compromisso social de melhoria da qualidade de vida, agregar valor econômico e social às suas atividades. Para ASHLEY (2003, p.56) a responsabilidade social empresarial pode ser definida como “o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e na prestação de contas para com ela”.

Essa responsabilidade para com a sociedade destaca-se por sua natureza formativa, traduzida em sua capacidade de transformar e fortalecer os indivíduos, de provocar mudanças na sociedade e de responder às suas necessidades. A instituição é socialmente responsável quando cuida da gestão da IES pautando-se pelos princípios de responsabilidade social apregoados aos alunos. Educar para a responsabilidade social de modo sustentável significa educar indivíduos autônomos, formar cidadãos éticos e responsáveis e preparar profissionais qualificados para o mercado de trabalho, significando ainda responsabilizar-se pelas consequências sociais de todas as atividades exercidas. As ações e projetos que se referem à responsabilidade social da IES são caracterizados por:

PROJETO JOVEM CIDADÃO

O Projeto Jovem Cidadão tem como finalidade integrar as ações da academia à comunidade local, na perspectiva de atender às necessidades de capacitação profissional dos jovens de Capim Grosso e região, aprimorando o domínio de competências e habilidades básicas para o mundo do trabalho, além de reforçar os valores de responsabilidade social e formação profissional humanística. O projeto está vinculado especialmente ao Curso de Administração, mas se ampliou com participação dos outros cursos da FCG. Os envolvidos na realização do projeto são os alunos que atuam como facilitadores do processo, sendo capacitados e orientados por docentes especialistas na área de conhecimento. O curso é realizado de forma modular com aulas aos sábados, ou no decorrer da semana, nas instalações da FACULDADE CAPIM GROSSO ou nas instalações de escolas parceiras, com temática e carga horária de acordo com a realidade do público. Toda organização do curso é antecipadamente analisada e organizada pela FCG e escola parceira. É composto por módulos com abordagens que podem variar, mas que são sempre voltadas a capacitação dos jovens para melhor prepará-los para o mercado de trabalho.

NATAL SOLIDÁRIO

Comprometida com o exercício da responsabilidade social e a difusão de sua importância no âmbito acadêmico. No mês de dezembro, com envolvimento da comunidade interna e externa, a Faculdade Capim Grosso – FCG promove a campanha de arrecadação de alimentos e brinquedos chamada de Natal Solidário. Observa-se que a falta de recursos alimentares básicos ainda é um indicador alarmante na realidade do território da IES. Outro ponto observado no contexto natalino regional é que nem todas as pessoas terão acesso a um simples presente nesta data. Partindo do pressuposto da redução de danos, através desta ação, a FCG arrecada um quantitativo de alimentos e brinquedos significativo, e estes, são responsáveis por transformar a realidade do Natal de inúmeras pessoas no território da IES. Vale ressaltar que o material arrecadado são direcionados para pessoas que vivem em comunidade carentes e encontram-se em vulnerabilidade social.

VESTIBULAR SOLIDÁRIO

Apesar dos grandes avanços econômicos, sociais, tecnológicos, a falta de comida para milhares de pessoas no Brasil continua. Esse processo é resultado da desigualdade de renda, a falta de dinheiro faz com que cerca de 32 milhões de pessoas passem fome, mais 65 milhões de pessoas que não ingerem a quantidade mínima diária de calorias, ou seja, se alimentam de forma precária.

A fome provém da falta de alimentos que atinge um número elevado de pessoas no território da IES. Pensando nisso, a FCG busca de enumeras formar romper com o ciclo da pobreza e, uma delas, é através da oferta do acesso ao nível superior por meio do Vestibular Solidário. Esta iniciativa tem como foco o acesso ao vestibular através da doação de “um kg” de alimento, ou seja, através desta contribuição o aluno terá acesso a realizar a prova do vestibular e contribuirá com a formação de “kits de alimentação” que, posteriormente, serão direcionados para pessoas que vivem em comunidades carentes e encontram-se em vulnerabilidade social.

PLANO EMPRESA

O Plano Empresa é um Programa de parceria com Empresas, sendo uma ação afirmativa que se propõe a apoiar pessoas, que têm enfrentado barreiras sociais em sua vida escolar, com impossibilidade de se graduar em nível superior nas áreas de interesse. Este programa da FCG tem como objetivo conceder um desconto especial para o aluno encaminhado por empresas parceiras. O desconto se mantém durante quase todo período do curso escolhido.

PROGRAMA DE AMPARO AO ESTUDANTE – PAE

Programa de Amparo ao Estudante tem como objetivo proporcionar ao aluno condições para estudar podendo pagar durante o curso 50% da sua mensalidade e o outro 50% após a conclusão do curso em parcelas com o mesmo período. O destaque deste programa oferecido pela Faculdade de Ciências Educacionais Capim Grosso é que não exige burocracias, e o aluno tem até 04 anos, dependendo do curso, após a conclusão para pagar.

PROGRAMA MAIS UNIVERSITÁRIO – PMU

Programa Mais Universitário tem como objetivo possibilitar a qualificação profissional a jovens egressos do ensino médio da rede pública ou privada, do Município de Capim Grosso e cidades vizinhas, tendo em vista melhor prepará-los para o Mercado de Trabalho. O programa disponibiliza bolsas de 50% e conta com parcerias de empresas e prefeituras.

DESCONTO ESPECIAL

A FCG oferece também desconto especial de até 30% para alunos que sejam irmãos ou dependentes familiares que estudem na instituição. Oferece ainda, no que se refere a descontos, várias possibilidades aos alunos que não disponham de muitos recursos para custear o curso.

APOIO À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

A Faculdade Capim Grosso assume como política institucional apoiar os alunos para que participem de eventos que possam contribuir para a atualização e aperfeiçoamento de sua formação. Este apoio é realizado através de divulgação e do oferecimento de transportes aos alunos para eventos, visitas, publicação de artigos científicos, elaboração de jornais e murais didático-pedagógicos, congressos, seminários, encontros e outras atividades voltadas para a formação adequada e atualização dos discentes.

PARTE II

A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

INTRODUÇÃO

O ensino superior no Brasil surgiu sob a influência de alguns modelos europeus, como o jesuítico, o francês e o alemão, que predominaram em diferentes momentos históricos da universidade brasileira e se fazem presente até hoje. O ensino superior no Brasil iniciou-se em 1808, no período colonial, com a criação de escolas isoladas, visando à formação de burocratas para o desempenho das funções do Estado. Devido a sua organização administrativa, configurado em um modelo centralizador e fragmentado que dificultava e impossibilitava processos divergentes de pensamento, criou-se uma unidade impositiva que até hoje tem dificuldade em se atualizar. Fortes resquícios da metodologia jesuítica e do modelo organizacional francês ainda predominam em algumas IES, impedindo, muitas vezes, a universidade de cumprir o seu papel de possibilitar a construção do conhecimento. Em muitos casos, apesar de encontrar-se a situação acima, alguns encontros entre os quadros de referências teóricas e práticas vêm sendo registrados. Esses encontros sinalizam mudanças na concepção do projeto educacional, do processo educativo e na práxis do professor, abrindo um espaço dialético para a construção do conhecimento. Nesse cenário, os alunos, em situações particulares, assumem papéis de sujeitos/parceiros do processo de fazer universidade, contribuindo nas discussões de problemas nacionais na educação superior.

No contexto da Faculdade Capim Grosso – FCG, compreende-se que o processo de auto avaliação de uma Instituição de Ensino Superior é um exercício necessário que possibilita perceber os erros e acertos, o que faz de melhor e aquilo que tem dificuldades. Sem sombra de dúvidas a auto avaliação proporciona uma visão ampliada a respeito de todos os processos que envolvem a Instituição. A auto avaliação é resultado de um autoconhecimento obtido com sucesso que dará munção contra a desmotivação que poderá ocorrer se esta avaliação apresentar resultados insatisfatórios, ou seja, quanto mais a IES se conhece mais entenderá quais os pontos que podem ser aprimorados e como evitar os mesmos erros já cometidos, o que possibilita um futuro mais sólido e assertivo. Ressalta-se que a auto avaliação

Institucional é um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior norte pela Lei 10.861 (SINAES, 2004) e tem como intuito a melhoria da qualidade da educação superior e ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior. Na Faculdade Capim Grosso a auto avaliação é compreendida como um auto estudo, tendo como referência as dez dimensões de avaliação institucional regulamentada pela Lei 10.861 (SINAES, 2004).

JUSTIFICATIVA

Na perspectiva de conhecer e aprimorar cada vez mais a oferta e qualidade do ensino superior, a Faculdade Capim Grosso - FCG utiliza da prática avaliativa como uma ferramenta norteadora da IES com foco no fortalecimento das relações estabelecidas entre a IES, comunidade acadêmica e sociedade. A auto avaliar da FCG constitui um mecanismo inserido no decorrer de suas atividades acadêmicas, em outras palavras podemos dizer que a Faculdade tem como pressuposto o respeito às particularidades da comunidade acadêmica, garantindo assim, o propósito da sua atuação como Instituição de Ensino Superior. A FCG tem ciência da importância dos processos avaliativos aplicados de forma continuada, em vista os avanços institucionais como, por exemplo, o aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais. Segundo NETO (1999), “Responsabilidade Social Corporativa é o comprometimento permanente dos empresários de adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando simultaneamente a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo. Neste contexto, ao garantir a continuidade do processo de auto avaliação através de um autodiagnostico com a comunidade acadêmica, a instituição espera construir conhecimentos sobre sua própria realidade, criando parâmetros para a tomada de decisão, no que se refere a, elevação da qualidade da oferta de serviço por parte da IES.

OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA FCG

O objetivo é o estabelecimento de soluções, por consenso das partes interessadas. O termo objetivo diz respeito a um fim que se quer atingir. Nesse sentido, é sinônimo de alvo definido em metas. A definição clara de objetivos é de extrema importância em várias áreas de atuação humana, orientando a ação eficaz dos indivíduos. Em educação, por exemplo, a definição de atividades curriculares deve ser feita tendo em vista os objetivos definidos no programa curricular dos alunos. Segundo REBOUÇAS (1997), “O estabelecimento de objetivos é um processo que envolve a concepção de vários objetivos compatíveis; exige consistência com os recursos internos e com as condições ambientais, passíveis de serem avaliadas em determinado momento. Envolve também relações de custos/benefícios, bem como o reconhecimento das trajetórias possíveis”. Segundo o SINAES, “Avaliar a Instituição de ensino superior como um sistema integra do em suas atividades de ensino, iniciação a pesquisa e extensão, respeitando as peculiaridades de suas dimensões, missão, políticas institucionais, estruturas, relações, atividades, funções e finalidades, tendo como propósito estabelecer um perfil e o significado da atuação desta IES em âmbito nacional”. No âmbito da FCG, podemos listar com objetivos deste Projeto:

1. Produzir conhecimentos sobre a FCG;
2. Discutir os sentidos do conjunto de atividades e finalidades da IES;
3. Identificar as causas de seus problemas e suas deficiências;
4. Aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo;
5. Fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais;
6. Tornar mais efetiva a vinculação da IES com a comunidade;
7. Avaliar a relevância científica e social de suas atividades e produtos;
8. Prestar contas à sociedade.
9. Consolidar o processo de auto avaliação institucional como uma prática educativa voltada a geração de conhecimento sobre a Instituição;
10. Promover a discussão sobre os pontos fortes e os pontos fracos da IES, garantindo o planejamento de ações estratégicas de curto, médio e longo prazo buscando elevação de sua qualidade acadêmica;

11. Possibilitar aos membros da comunidade acadêmica autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, garantindo que os mecanismos institucionalizados e participativos subsidiem a gestão estratégica da IES.

ABRANGÊNCIA DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA FCG EM AMBAS AS MODALIDADES DE ENSINO (PRESENCIAL E EAD)

A avaliação no âmbito da FCG será responsável por contempla todas as modalidades de ensino ofertada pela IES, será norteada por princípios, pressupostos e elementos essenciais ao alcance dos objetivos como, por exemplo:

1. Apresentar as recomendações que dão origem às ações promovidas, com base nas avaliações institucionais semestrais que objetivaram solucionar as fragilidades identificadas.
2. Demonstrar as ações, projetos e produtos desenvolvidos para incrementar a qualidade acadêmica e gerencial dos cursos e disciplinas na modalidade EAD.
3. A avaliação institucional, muito mais que uma exigência legal, é uma atitude de fazer gestão com base em informações, tendo como meta à melhoria da qualidade educacional;
4. A CPA deverá ser possuidora de autonomia na relação com a mantenedora a fim de cumprir os objetivos, os projetos e tomar decisões concernente à preservação da qualidade educacional;
5. O processo avaliativo terá dois propósitos: acompanhamento/diagnóstico, ambos realizados numa perspectiva formativa, mediadora e emancipatória. Tal perspectiva considera que o processo avaliativo somente se completa quando os dados obtidos servem de referência para analisar a realidade e nela intervir, buscando a superação dos entraves e enfatizando as potencialidades.
6. A ação de avaliar não se esgota na avaliação da aprendizagem; deve, antes, estender-se a todos os atores envolvidos no desenvolvimento do curso: (a) docentes (b) discentes (c) corpo técnico-administrativo e (d) comunidade. Sendo que os princípios a serem estabelecidos deverão ser amplamente discutidos e aceitos por todos envolvidos;

7. Avaliar o desempenho da IES significa fazer uma apreciação sistemática sobre o todo, de forma que os resultados contribuam para reflexão, ação e implementação de melhorias na IES, constituindo um processo contínuo de reeducar a comunidade acadêmica;
8. A avaliação deverá usar mecanismos que considere a **INCLUSÃO SOCIAL**, o público demandante e as peculiaridades da região, sendo um indicador para a adesão em projetos que privilegiam políticas de atendimentos aos estudantes;
9. A avaliação contribuirá para o alcance da missão da instituição, colaborando para os ajustes necessários ao **DESENVOLVIMENTO SOCIAL** e econômico na região na qual está inserida.
10. A avaliação é um processo dinâmico que deve envolver a todos, dirigentes e dirigidos, na busca de soluções para problemas voltadas à melhoria do trabalho e à consecução dos objetivos da organização. Pouco ou nada se aproveita de uma avaliação de desempenho se for caracterizada por um processo unilateral, onde somente o dirigente tem o poder de decidir sobre o destino do avaliado;
11. Avaliação deverá ser visualizada como um meio para melhorar os resultados das pessoas na organização. Deve permitir conhecer o potencial de cada pessoa em relação a novos desafios, ajuda a determinar necessidades de formação profissional específica, proporciona oportunidades de crescimento profissional e de participação na organização;
12. Ter objetivos consensuais, compromisso e objetivos organizacionais torna-se possível estabelecer metas pessoais, negociadas entre o avaliado e seu dirigente. Negociar metas tem a vantagem de fazer com que o acordo firmado se realize, uma vez que o compromisso é intimamente assumido. Observa-se que o desempenho melhora quando objetivos específicos são estabelecidos;
13. Prover meio e recursos necessários para que metas sejam atingidas, devem ser definidos os recursos a utilizar: equipamentos, o trabalho de outras pessoas ou da equipe, investimentos na qualificação e desenvolvimento profissional;
14. O Feedback deve ser a base para proporcionar a informação e suporte na comunicação. O avaliado precisa saber como está caminhando em seus esforços e se está no rumo dos resultados acordados. É importante dar ao avaliado a oportunidade de discutir pontos fortes e fracos, estabelecendo novos objetivos;

15. A avaliação como referência de análise, as discussões, elaboração de relatórios e análise de informação leva em consideração as pessoas, equipes e a organização como um todo, proporcionando espaço para planejamento centrado no presente e no futuro, assim como, o surgimento de inovações em vários de seus processos;
16. Este tipo de avaliação, com ênfase nos resultados, permite, também, a avaliação numa “mão-dupla”, onde a equipe avalia o dirigente e seu papel na gestão dos recursos disponíveis para o trabalho, abrindo perspectivas para relações de trabalho mais eficazes de desempenho docente, discente e técnico-administrativo.
17. Os indicadores formados pela prática avaliativa deverão subsidiar decisões nos que se referem às dimensões de sustentabilidade, manutenção e crescimento da instituição.

OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES

A fim de realizar uma avaliação com a participação efetiva de todos os atores envolvidos nesse processo, a FCG seguirá **três principais etapas** imprescindíveis para realização da auto avaliação, **lembrando que este processo atenderá todos os níveis/modalidades de ensino ofertado pela IES (Presencial e EAD).**

1ª ETAPA – PREPARATÓRIA (PRESENCIAL E EAD)

Essa etapa compreende a preparação da estrutura, dos recursos e das pessoas. Planejamento para a sensibilização da comunidade acadêmica para entendimento da importância da avaliação interna, a transparência nos esclarecimentos dos objetivos e a clareza sobre os critérios da avaliação serão fundamentais para dirimir resistências e garantir a participação ativa na avaliação interna.

Apresentação da CPA

Conforme dispositivo no art. 11 da Lei nº 10.861/04 foi instituída, na FCG, uma Comissão de Avaliação com funções de coordenar e articular o processo interno de avaliação e disponibilizar informações. Na FCG, a Comissão Própria de Avaliação – CPA da FCG Capim Grosso será constituída por:

- I - 1 Professor atuar como Coordenador/Presidente da Comissão;
- II- 1 Professor como representante do corpo docente;
- III- 1 representante do corpo técnico-administrativo;
- IV- 1 aluno (a) como representante do corpo discente e;
- IV- 1 representante da sociedade civil.

Essa comissão deverá apresentar seus componentes e a forma de trabalho, afirmando seu compromisso com a comunidade acadêmica, a sociedade civil organizada e com a transparência e a ética com os resultados da avaliação, responsabilizando-se pela divulgação das Diretrizes para a avaliação da educação superior definida pelo MEC, a fim de, posteriormente, sistematizar as contribuições das representações para o planejamento da instituição. Esse processo de apresentação será disponível nos mais diversos meios de comunicação disponibilizados pela IES como.

A apresentação da CPA, assim como também, suas estratégias, deliberações, ações, monitoramentos, entre outros, **PARA O ENSINO PRESENCIAL** será realizada através dos seguintes pontos:

Através de informativos verbais feito pelo Professor em sala de aula;

Através de informativos verbais feito pelos membros da CPA;

Fixação de documentos no Mural da CPA;

Fixação de documentos no Mural dos cursos;

Distribuição de folders e cartilhas;

Web Site da IES e;

Outros.

A apresentação da CPA, assim como também, suas estratégias, deliberações, ações, monitoramentos, entre outros, **PARA O ENSINO EAD** será realizada através dos seguintes pontos:

Através de informativos verbais feito pelo tutor em sala de aula;

Através de informativos verbais feito pelo Professor ao vivo no momento da transmissão da aula;

Através de informativos verbais feito pelos membros da CPA ao vivo no momento da transmissão da aula;

Através de fórum no ambiente virtual do aluno;

Através de aviso automáticos (Pop-up) no ambiente virtual do aluno;

Distribuição de folders e cartilhas nas unidades de ensino EAD;

Web Site da IES e;

Outros.

Planejamento

A elaboração do planejamento será de responsabilidade da CPA, após discussão com a comunidade acadêmica onde travessa de meios tecnológicos será possível inserir os alunos de ambas as modalidades de ensino (**Presencial e EAD**). A Comissão poderá, também, apresentar um esboço de proposta para ser analisada e reformulada a partir das sistematizações das demandas, ideias, sugestões e contribuições da comunidade, construídas nas reuniões para elaboração do projeto de avaliação.

Os principais instrumentos desta CPA responsáveis pela coleta de ideias, sugestões e contribuições da comunidade contemplam de forma satisfatória ambas as modalidades de ensino (**Presencial e EAD**), sendo caracterizado por:

Formulário de comunicação com a comunidade - Através de uma plataforma **online** permite contato com a comunidade interna e externa da IES, sendo possível direcionar para a instituição críticas, elogios, ideias, entre outros, através deste canal.

Formulários de avaliação individual por curso - Através de uma plataforma **online** permite que os alunos no decorrer de sua graduação, um vez por ano, apresentem de forma individualizada, ou seja, por curso, uma concepção geral do andamento do mesmo. Este instrumento possibilita aferir diversas dimensões do processo de formação do aluno.

Formulários de avaliação geral - Através de uma plataforma **online**, este mecanismo contempla as exigências da legislação que norteia o processo de auto avaliação institucional: Lei nº 10.861, de 14 de Abril de 2004; A Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES; Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES; Nota Técnica INEP/DAES/CONAES de nº 065 - ROTEIRO PARA RELATÓRIO DE AUTO AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - Brasília, 09 de outubro de 2014.

Outros instrumentos poderão ser inseridos ao processo trabalho de auto avaliação desde que a CPA julgue necessário.

Metodológico da Avaliação

Para definir os procedimentos operacionais da avaliação torna-se necessário discutir o enfoque metodológico que norteará os procedimentos e a construção dos indicadores a serem considerados. Nessa direção, parte-se de uma reflexão sobre como apreender o movimento do real, no caso o movimento da instituição a ser avaliada o que será feito a partir de seus diversos aspectos e contradições, tomando como referência um enfoque multidimensional. Assim, o enfoque adotado representa um esforço para explicar a realidade institucional como decorrência das ações humanas historicamente constituídas que lhe dão sentido e materialidade a partir de relações complexas, dinâmicas e multidimensionais. Compreende-se, portanto, a realidade como uma totalidade complexa em que os processos e fenômenos sociais estão em permanente interação construtiva e que as mesmas se apresentam a partir de regularidades objetivadas e carregadas de sentido. Logo, entende-se que a construção de indicadores para apreensão do movimento da realidade social, no caso da IES, deve ser feita na

tentativa de identificar os elementos qualitativos que compõe a realidade relacionada aos significados atribuídos pelos sujeitos que constituem a comunidade acadêmica às suas vivências na instituição (resultados do processo formativo na ótica de alunos e professores, o cotidiano da gestão, etc.) e quantitativos relacionados a aspectos que revelam a regularidade estrutural da instituição (relação entre os aspectos definidos no PDI e as condições infra estruturais existentes). Essa opção decorre do fato de se estar considerando que a realidade humana é social e vivida coletivamente, logo em relações carregadas de intenções, valores etc., que por sua vez são situadas em função de condições materiais e objetivos concretos e historicamente situadas. Afirma-se, nessa opção, a necessidade de superar a construção de indicadores meramente objetivos ou quantitativos, buscando-se, também, nos sentidos atribuídos pelos sujeitos sociais elementos importantes para compreensão da dinâmica institucional que se estabelece nas IES. Busca-se, assim, conciliar um olhar sobre o real que apreenda as subjetividades em ação, através da atribuição de valores e de significados das vivências, práticas e intenções dos sujeitos, o que pressupõe a necessidade de recorrer a técnicas de análise de cunho interpretativo; ao mesmo tempo em que compreenda a construção e materialização dessas subjetividades em função das regularidades mais amplas e estruturais que consolidam uma determinada formação social, o que nos levará, também, ao uso da estatística. Ao considerar o enfoque proposto acima como norteador do processo de avaliação que será desenvolvido na FCG, significa que serão construídos indicadores a partir de uma dupla perspectiva: **a)** critérios objetivos passíveis de serem identificados e analisados quantitativamente que considerem a relação entre os objetivos e metas definidas pela IES e os resultados concretos alcançados, avaliando-se os impactos institucionais; **b)** critérios subjetivos voltados às concepções da comunidade acadêmica sobre a IES, o que representará a tentativa de apreender a imagem institucional dos sujeitos sociais em questão. Nesse caso, os indicadores estarão voltados para uma análise do processo de implementação do projeto institucional a partir da ótica dos sujeitos. Assim, a partir do exposto, a FCG considera duas ordens de variáveis que se julga relevantes para proceder avaliação interna da IES: de um lado, busca-se identificar as condições relacionadas à situação administrativa, financeira e pedagógica da IES, e de outro, as concepções dos gestores, docentes, discentes e comunidade do entorno relativas às vivências que os mesmos têm na IES (imagem institucional, clima organizacional, ações de extensão, pesquisa,

gestão, entre outros). Quanto a este último conjunto de aspectos, entende-se que as representações sociais sobre a importância da Faculdade para a cidade e para a região se configuram como um dos elementos mais importantes para a apreensão do processo de implementação do Projeto Institucional da IES.

Concepção da Sensibilização

A sensibilização constitui-se em uma etapa do desenvolvimento de grande importância no processo de implementação da avaliação, pois deverá garantir a participação e o engajamento da comunidade acadêmica na elaboração da proposta e no processo de aplicação da avaliação. A CPA em contato com essa comunidade deverá ressaltar a importância da avaliação para a melhoria da gestão da educação acadêmica, ao tempo em que destacará a responsabilidade de todos com a seriedade dos resultados.

O processo de sensibilização da CPA para o ensino PRESENCIAL será realizada através dos seguintes pontos:

Através de informativos verbais feito pelo Professor em sala de aula;
Através de informativos verbais feito pelos membros da CPA;
Fixação de documentos no Mural da CPA;
Fixação de documentos no Mural dos cursos;
Distribuição de folders e cartilhas;
Web Site da IES e;
Outros.

O processo de sensibilização da CPA para o ensino EAD será realizada através dos seguintes pontos:

Através de informativos verbais feito pelo tutor em sala de aula;
Através de informativos verbais feito pelo Professor ao vivo no momento da transmissão da aula;

Através de informativos verbais feito pelos membros da CPA ao vivo no momento da transmissão da aula;

Através de fórum no ambiente virtual do aluno;

Através de aviso automáticos (Pop-up) no ambiente virtual do aluno;

Distribuição de folders e cartilhas nas unidades de ensino EAD;

Web Site da IES e;

Outros.

2ª ETAPA - DESENVOLVIMENTO

Nessa fase serão desenvolvidas as seguintes atividades:

Seminário geral de Sensibilização para alunos Presenciais e EAD

O seminário de sensibilização da CPA será realizado de forma presencial, uma vez por ano, no auditório da Faculdade Capim Grosso e **será transmitido ao vivo através das redes sócias e do portal do aluno**, sendo possível contempla os alunos de ambas as modalidades de ensino (**Presencial e EAD**). O processo de sensibilização expresso através de seminário será iniciado com o objetivo de apresentar as finalidades da Comissão Própria de Avaliação, os instrumentos de avaliação, os instrumentos de coleta de ideias, sugestões e contribuições da comunidade, qual a importância da Comissão para o desenvolvimento da IES, entre outros pontos.

No decorrer das atividades do seminário, a participação direta do aluno será indispensável. Pensando nesta inserção, será disponibilizado no portal dos alunos um **chata para interação em tempo real** que será responsável pela sistematização de demandas, coleta de ideias e sugestões no decorrer do seminário. Deste modo, todos os níveis/modalidades de ensino ofertado pela IES (**Presencial e EAD**) poderão participar do evento. É importante sinalizar que o seminário ainda será responsável por definir a composição dos grupos de trabalho que deverão acompanhar a avaliação dos principais aspectos das atividades acadêmicas (ensino, prática e extensão). Com o termino do

seminário, esse material deverá servir como base fundamental para as tomadas de decisões da CPA.

Seminários Internos para alunos Presenciais e EAD

Os seminários internos deverão ocorrer de forma semestral, e terá como objetivo apresentar e discutir as sistematizações dos resultados do trabalho de coleta de dados que for sendo desenvolvido e garantir a continuidade do envolvimento da comunidade acadêmica no processo.

Na modalidade de ensino **PRESENCIAL** o seminário interno deverá ser promovido por membros da CPA de maneira a envolver toda a comunidade acadêmica e deverá ser realizado na sede da IES. Na modalidade de ensino **EAD** o seminário interno também será promovido por membros da CPA e deverá ser transmitido de forma **online** para todas as unidades de ensino a distância, lembrando que será crucial a abertura de **CHAT INTERATIVO** para partição dos alunos.

Instrumentos para Coleta de Dados (Presencial e EAD).

Para a definição dos instrumentos deverão ser consideradas as **DEZ DIMENSÕES** instituídas pela legislação vigente, sendo estas as referências para a construção dos instrumentos de coleta de dados, construídas em função das indicações dos documentos oficiais e da necessidade de avaliar a instituição em seus aspectos amplos e multifuncionais levando em consideração as modalidades de ensino **Presencial e EAD**.

DIMENSÕES AVALIADAS EM AMBAS AS MODALIDADE DE ENSINO (PRESENCIAL E EAD)

1 - MISSÃO, PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Núcleo básico e comum - contempla tópicos que integram, obrigatoriamente, os processos de avaliação interna de todas as IES, conforme indicados abaixo:

- Finalidades, objetivos e compromissos das IES, explicitados em documentos oficiais;
- Concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da IES, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades;
- Características básicas do PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que a IES está inserida;
- Articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão e avaliação institucional.

Núcleo de temas optativos – nesse núcleo serão considerados os seguintes tópicos:

- Conhecimento do PDI pela comunidade acadêmica;
- Participação da comunidade acadêmica na gestão das ações da IES;
- Articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional no que diz respeito às políticas de ensino, de pesquisa, de extensão, de gestão acadêmica e administrativa e de avaliação institucional;
- Perfil esperado dos egressos.

Documentação - dados e indicadores para esta dimensão:

- Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Projeto Pedagógico Institucional;

- Projeto Pedagógico dos cursos (descrição do perfil dos egressos);
- Utilização do PDI como referência para as ações desenvolvidas pela IES em todos os seus níveis;
- Resultados de entrevistas semiestruturadas com membros da comunidade acadêmica.

2 - POLÍTICAS PARA O ENSINO, A PESQUISA, A PÓS - GRADUAÇÃO, A EXTENSÃO

ENSINO - Núcleo básico e comum

- Concepção de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área;
- Práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e a utilização de processos participativos de construção do conhecimento;
- Pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais, etc.) e as necessidades individuais;
- Práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias de ensino.

ENSINO - Núcleo de temas optativos

- Análise e revisão do currículo (explicitação dos critérios orientadores e das estratégias utilizadas);
- Relação entre o currículo e o perfil do egresso e as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Pesquisa - Núcleo básico e comum

- Relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais, tendo como referência as publicações científicas, técnicas e artísticas, organização de eventos científicos, realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais, formação de grupos de pesquisa, políticas de investigação e de difusão dessas produções;
- Vínculos e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local/regional;
- Políticas e práticas institucionais de pesquisa para a formação de pesquisadores (inclusive iniciação científica);
- Articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas;
- Critérios para o desenvolvimento da pesquisa, participação dos pesquisadores em eventos acadêmicos, publicações e divulgação dos trabalhos.

Pesquisa - Núcleo de temas optativos

- Articulação entre a missão da IES, os investimentos na produção científica, as políticas propostas e as necessidades sociais e do campo de saber;
- Grupos de pesquisa cadastrados com projetos que recebem financiamento;
- Divulgação de trabalhos científicos em revistas de divulgação científica;
- Políticas de apoio aos docentes para apresentação de trabalhos em eventos científicos e para formação de novos pesquisadores;
- Organização e promoção de eventos científicos para divulgação de trabalhos científicos;
- Articulação entre ensino e pesquisa.

Extensão - Núcleo básico e comum

- Concepção de extensão e de intervenção social afirmada no PDI;
- Articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social;
- Participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação.

Extensão - Núcleo de temas optativos

- Órgão responsável pela organização da extensão (explicitar a dinâmica de funcionamento);
- Articulação das atividades de extensão com as demandas da comunidade regional (descrever como ocorre);
- Procedimentos de avaliação das atividades de extensão;
- Impactos das atividades para a comunidade e para a formação dos estudantes;
- Formas de articulação da extensão com o ensino, a pesquisa e a extensão com a missão institucional;
- Políticas de extensão e incentivos institucionais ou outras formas de financiamento.

Pós-graduação – Núcleo básico e comum

- Políticas institucionais para criação, expansão e manutenção da pós-graduação lato e stricto sensu;
- Política de melhoria da qualidade da pós-graduação;
- Integração entre graduação e pós-graduação;
- Formação de pesquisadores e de profissionais para o magistério superior

Pós-graduação – Núcleo de temas optativos

- Órgão responsável pela organização da extensão (explicitar a dinâmica de funcionamento);
- Cursos de pós-graduação lato sensu;
- Articulação dos cursos de pós-graduação com as demais atividades acadêmicas;
- Articulação entre ensino e pesquisa e graduação e pós-graduação.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão

- Currículos e programas de estudos;

- Mecanismos, acordos e conclusões da revisão, atualização e renovação dos currículos e programas de estudo;
- Responsáveis pelas ações de atualização dos documentos da IES;
- Sistematização das atividades de extensão (programas, descrição de atividades, número de estudantes participantes);
- Acompanhamento e avaliação do impacto das atividades de extensão;
- Grupos de trabalho, bolsas outorgadas, estímulos à pesquisa;
- Convênios e acordos com outras instituições públicas e privadas, organizações profissionais e empresariais, associações, centros assistenciais;
- Indicadores de produção científica (publicações, existência de grupos de pesquisa, patentes, entre outros);
- Indicador de publicações (livros, capítulos de livros, artigos publicados em revistas científicas indexadas, trabalhos publicados em anais, propriedade intelectual, publicações eletrônicas).

3. RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO, CONSIDERADA ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE À SUA CONTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO À INCLUSÃO SOCIAL E AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Núcleo básico e comum

- Transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento regional e nacional;
- Natureza das relações com os setores público e produtivo, com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis;
- Ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ações afirmativas, etc.

Núcleo de temas optativos

- Garantia de acesso para portadores de necessidades especiais;
- Desenvolvimento de ações para garantir a inclusão e a assistência a setores ou grupos sociais discriminados;

- Atividades institucionais em interação com o meio social (tipos e caracterização);
- Atividades institucionais vinculadas a outras instituições;
- Políticas institucionais de inclusão de estudantes em situação econômica desfavorecida;
- Políticas institucionais de inclusão de estudantes e professores portadores de necessidades especiais;
- Políticas institucionais de promoção da cidadania e de atenção a setores sociais;
- Políticas institucionais de promoção de empresas juniores;

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Critérios para a abertura e ampliação de vagas;
- Contribuição para criação de conhecimento para o desenvolvimento científico, técnico e cultural;
- Descrição e sistematização das atividades realizadas com outras instituições e vinculação com as finalidades da FCG;
- Dados sobre bolsas, descontos e outras evidências de políticas institucionais de inclusão de estudantes em situação econômica desfavorecida;
- Lista dos estudantes, docentes e pessoal técnico-administrativo portadores de necessidades especiais e das estratégias pedagógico-didáticas empregadas;
- Convênios e acordos com outras instituições públicas e privadas.

4. COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

Núcleo básico e comum

- Estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa;
- Imagem pública da instituição nos meios de comunicação social.

Núcleo de temas optativos

- Meios de comunicação utilizados pela FCG e sua relação com a sua missão;

- Formas e eficiência da comunicação interna;
- Formas e eficiência da comunicação externa incluindo aspectos que dizem respeito às atividades da IES;

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Meios e canais de comunicação utilizados para divulgar as atividades da Faculdade;
- Regimentos e manuais de circulação interna informando sobre procedimentos;
- Folhetos e jornais para divulgação interna, existência de sítios de divulgação da WEB e análises sobre sua eficácia;
- Guia do aluno que contenha informações sobre projeto pedagógico do curso, disciplinas, créditos, horários de funcionamento e outros;
- Questionários destinados aos membros dos diversos segmentos da instituição avaliando a efetividade da comunicação e a circulação das informações na instituição;
- Questionários para os corpos docente, discente e técnico-administrativo indagando e avaliando as estratégias mais eficazes e os problemas na circulação das informações;
- Resultados do trabalho com grupos focais;
- Procedimentos de recepção de sugestões e procedimentos de resposta.

5. POLÍTICAS DE PESSOAL, DE CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO;

Núcleo básico e comum

- Planos de carreira regulamentados pra os corpos docente e técnico-administrativo, com critérios claros de admissão e de progressão;
- Programas de qualificação profissional e de melhoria da qualidade de vida para os corpos docente e técnico-administrativo;

- Clima organizacional, relações interpessoais, estrutura de poder e graus de satisfação pessoal e profissional.

Núcleo de temas optativos

- Relação entre número de alunos e número de professores;
- Relação entre número de pessoal técnico-administrativo e as necessidades da IES (objetivos e funções);
- Processo de seleção, contratação, aperfeiçoamento e avaliação dos corpos docentes e técnico-administrativo;
- Formas de avaliação do grau de satisfação do corpo docente e técnico-administrativo com as condições para desempenho das funções na IES;
- Políticas de qualificação e de melhoria de qualidade de vida para os docentes e o corpo técnico-administrativo;
- Políticas de integração dos membros da instituição.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

Dados e indicadores relativos ao corpo **DOCENTE**

- N° de docentes em tempo integral, parcial e horistas (substitutos na IFES);
- N° de docentes doutores, mestres e especialistas com respectivos regimes trabalho;
- Experiência profissional no magistério superior;
- Experiência profissional fora do magistério superior;
- Formação didático-pedagógica;
- N° de publicações por docente;
- Critérios de ingresso na instituição e de progressão na carreira;
- Políticas de capacitação e de avaliações de desempenho;
- Pesquisas e/ou estudos sobre as condições de trabalho dos docentes, recursos, formação do pessoal técnico-administrativo;
- Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD);

- Produção acadêmica/docentes;
- Aluno tempo integral/professor;
- Grau de envolvimento com pós-graduação;
- Grau de envolvimento com pesquisa;
- Grau de envolvimento com extensão;

Dados e indicadores relativos ao **CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO**

- Nº de funcionários técnico-administrativos;
- Escolaridade dos funcionários técnico-administrativos;
- Envolvimento dos funcionários técnico-administrativos com pesquisa e extensão;
- Experiência profissional;
- Critérios de ingresso na instituição;
- Critérios de progressão na carreira;
- Políticas de capacitação e de avaliações de desempenho;
- Pesquisas e/ou estudos sobre a satisfação dos funcionários técnico-administrativos com as condições de trabalho e formação;
- Indicadores sobre aluno tempo integral/pessoal técnico-administrativo.

6. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO

Núcleo básico e comum

- Existência de plano de gestão e/ou plano de metas: adequação da gestão ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura organizacional oficial e real;
- Funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados;
- Uso da gestão e tomadas de decisão institucionais em relação às finalidades educativas;
- Uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções;
- Modos de participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática);

- Investimento na comunicação e circulação da informação (privativa da gestão central ou fluida em todos os níveis)

Núcleo de temas optativos

- Processos de tomada de decisão;
- Orientação da gestão;
- Adequação dos níveis de centralização ou descentralização no processo de tomada de decisão;
- Sistemas de arquivos e registros e sua adequação as funções da IES;
- Sistemas de normatização sobre procedimentos institucionais;
- Funcionamento dos órgãos colegiados;
- Relação entre o organograma proposto e o funcionamento da IES.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Atas dos órgãos colegiados;
- Regulamentos internos, normas acadêmicas, regimentos e estatutos;
- Funcionamento do sistema de registro acadêmico;
- Funcionamento do sistema de informação;
- Mecanismos de controle de normas acadêmicas;
- Organogramas;
- Resultados de entrevistas realizadas com membros da comunidade acadêmica.

7. INFRAESTRUTURA FÍSICA, ESPECIALMENTE A DE ENSINO E DE PESQUISA, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Núcleo básico e comum

- Adequação da infraestrutura da instituição (salas de aula, biblioteca, laboratórios, áreas de lazer, transporte, equipamentos de informática, rede de informações e outros) em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

- Políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins;
- Utilização da infraestrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras.

Núcleo de temas optativos

- Níveis de adequação da organização dos espaços físicos e equipamentos aos cursos e a quantidade de estudantes;
- Condições de manutenção dos equipamentos e de funcionalidade;
- Relação entre demanda e serviços e equipamentos;
- Grau de satisfação dos usuários;
- Quadro de pessoal técnico-administrativo necessário para manutenção das instalações/infraestrutura;
- Instalações adequadas para portadores de necessidades especiais;
- Existência de locais de convívio para a comunidade acadêmica;
- Relação entre os equipamentos e espaços e as práticas pedagógicas desenvolvidas.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- N° de salas de aula;
- N° de instalações administrativas;
- N° de condições das salas de docentes;
- N° de condições das salas de reuniões;
- N° de condições das salas de conferências e auditórios;
- N° de condições das instalações sanitárias;
- Existência de área de convivência;
- Acessos para portadores de necessidades especiais;
- N° de equipamentos (informática, laboratórios, apoio administrativo);
- N° de bibliotecas;
- Acesso à base de dados e bibliotecas virtuais;

- N° de livros, periódicos e títulos em geral;
- N° de condições de laboratórios de informática;
- N° de equipamento informáticos, condições de uso e acesso pelos estudantes;
- Descrição do plano de segurança;
- Questionários de satisfação dos usuários sobre as instalações em geral e especialmente sobre a biblioteca, laboratórios e equipamentos informáticos.

8. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO, ESPECIALMENTE EM RELAÇÃO AOS PROCESSOS, RESULTADOS E EFICÁCIA DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Núcleo básico e comum

- Adequação e efetividade do planejamento geral da instituição e sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional e com os projetos pedagógicos dos cursos;
- Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas.

Núcleo de temas optativos

- Existência de avaliação institucional antes do SINAES;
- O processo de auto avaliação: encaminhamentos, consensos sobre objetivos, metodologias, etc;
- Condições para a realização da auto avaliação;
- Níveis de participação da comunidade acadêmica;
- Condições para coleta e sistematização das informações: dificuldades e facilidades;
- Impactos dos resultados da auto avaliação;
- Divulgação interna do processo e dos resultados da avaliação interna.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Projeto Pedagógico Institucional;
- Projeto pedagógico do curso;
- Relatórios parciais de auto avaliação;
- Relatório final de auto avaliação;
- Ações decorrentes das conclusões da auto avaliação;
- Nº de eventos e seminários de difusão dos processos de auto avaliação.

9. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

Núcleo básico e comum

- Políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes e sua relação com as políticas públicas e com o contexto social;
- Políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino, pesquisa, extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil;
- Mecanismos/sistemáticas de estudos e análises dos dados sobre ingressantes: evasão/abandono, relação professor/aluno e outros;

Núcleo de temas optativos

- Critérios de admissão e estratégias de acompanhamento da vida acadêmica,
- Existência de regulamentos claros e acessíveis;
- Mecanismos de avaliação da realização dos objetivos propostos os planos de estudos;
- Processo de incorporação de novas tecnologias ao processo de ensino-aprendizagem;
- Estruturação das rotinas burocráticas de atendimento ao aluno;
- Existência de bolsas: tipos e condições;
- Instâncias de participação dos estudantes na vida acadêmica;
- Políticas de incentivo de participação dos alunos em empresas-junior, pesquisas, etc.;

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- N° de candidatos;
- N° de ingressantes;
- N° de alunos matriculados por curso;
- N° de estudantes com bolsa;
- N° médio de estudantes por turma;
- N° de bolsas e estímulos concedidos;
- N° de intercâmbios realizados;
- N° de eventos realizados;
- N° de participações em eventos;
- Taxa de sucesso na graduação (TSG);
- Grau de participação estudantil (GPE);

10. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, TENDO EM VISTA O SIGNIFICADO SOCIAL DA CONTINUIDADE DOS COMPROMISSOS NA OFERTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Núcleo básico e comum

- Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos;
- Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.

Núcleo de temas optativos

- Articulação entre o PDI e o orçamento previsto;
- Cumprimento das obrigações trabalhistas;
- Cumprimento de cronograma de pagamento de salários;
- Previsão no orçamento de verbas para capacitação dos corpos docente e técnico-administrativo;

- Estratégias de controle entre as despesas efetivas e aquelas referentes à despesas correntes, de capital e de investimento.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Planilha de contratação de pessoal docente;
- Planilha de contratação de pessoal técnico-administrativo;
- Planilha financeira que compõe o PDI;
- Tabela de cursos oferecidos (graduação, pós-graduação; seqüenciais e a distância);
- Folha de pagamentos dos docentes e dos técnico-administrativos (últimos 6 meses);
- Planilha de gastos com multas (trabalhistas e outras);
- Relação orçamento/gastos (semestral e anual);

Com base nas dimensões indicadas acima, os instrumentos serão elaborados a partir desses elementos norteadores, adequando-os à realidade da IES, buscando apreender relação de aproximação entre o que afirma a IES como seu projeto institucional e o que acontece no seu cotidiano. Intenta-se, assim, alinhar o planejamento da sua execução. Sendo assim, a construção dos instrumentos deverá se adequar ao tipo de informação a ser coletada. Portanto, deverão ser utilizados questionários, entrevistas, grupos focais, levantamento documental, entre outros que se fizerem necessários. Para a construção dos instrumentos deverão ser considerados indicadores que expressem os objetivos da organização no que se refere ao ensino, pesquisa e extensão, a gestão acadêmica e a gestão administrativa. Então, é necessário definir quais são os indicadores relevantes para a IES e em que medida cada uma das pessoas contribui para obter, desenvolver e manter as parcerias internas relevantes para a consecução dos objetivos e metas institucionais. Outros indicadores podem estar ligados à satisfação dos públicos atingidos, qualidade dos serviços oferecidos, impactos dos projetos, inovações, novos métodos de trabalho, bem como, a melhoria do que as pessoas fazem, e, a manutenção da organização em dia com seu universo de ação. Tais características ensejam que a prática de avaliação de desempenho como um processo dinâmico e participativo, longe

de tornar-se um problema, pode ser, além de fator de motivação e aprimoramento, uma alavanca para tornar a organização mais dinâmica e atualizada quanto a novos desafios da educação e da gestão.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A divulgação e análise dos dados, assim como a elaboração de relatório parciais/final será responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação – CPA.

METODOLOGIA DE ANÁLISE

Para proceder à análise do material coletado tomaremos como referência os elementos postos no debate atual no âmbito da produção de conhecimento das ciências sociais. Assim, as metodologias de análise e interpretação de dados serão construídas em função de um conjunto de referências que entendem a realidade social como complexa e dinâmica e permeada por contradições. Nesse caso, as relações organicamente constituídas entre atores (objetividades) e estruturas (subjetividades) precisam ser tomados como direcionadores das opções a serem feitas sobre as técnicas a serem adotados. Estas, por sua vez, devem se adequar ao tipo de informação coletada e aos objetivos definidos no processo de levantamento das informações indo desde o tratamento estatístico dos dados, até a análise documental e a análise de conteúdo.

CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS

Os dados coletados pela CPA no decorrer de suas ações serão consolidados a partir de um **SEMINÁRIO DE CONSOLIDAÇÃO** que terá como objetivo realizar um balanço crítico do processo avaliativo e de seus resultados.

PLANO DE MELHORIAS

Coerente com a proposta de uma avaliação com ação diagnosticadora e formativa, nessa etapa a instituição estará traçando um plano de melhorias de seus processos e alinhamento da gestão acadêmica. Resgatando o verdadeiro propósito da avaliação

proposta pelo SINAES. O plano de melhorias será elaborado com base nos resultados do processo avaliativo sistematizado durante o seminário de consolidação, considerando, a priori, as limitações encontradas nos seguintes aspectos: imagem e desempenho institucional, na pós-graduação, na pesquisa, ensino e extensão.

QUEM VAI AVALIA A IES

Comunidade acadêmica interna e externa.

QUEM SAI BENEFICIADO COM A AVALIAÇÃO

Toda a comunidade acadêmica beneficia-se da auto avaliação na medida em que adquire informações para refletir sobre o projeto acadêmico-institucional e poder buscar melhorias.

CRONOGRAMA DE AÇÕES CPA

ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	MESES					
		1º SEMESTRE			2º SEMESTRE		
		Mar	Abi	Mai	Ago	Set	Out
REUNIÃO DE PLANEJAMENTO	CPA	X		X	X		X
ELABORAÇÃO ATIVIDADES DE SENSIBILIZAÇÃO	CPA		X			X	
APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS DE AVALIAÇÃO GERAL DOS CURSOS	CPA			X			
APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL POR CURSOS	CPA						X
ANÁLISE DE DADOS	CPA	X	X	X	X	X	X
ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS PARCIAL/INTEGRAL	CPA	X	X	X	X	X	X
SEMINÁRIOS (GERAL E INTERNO)	CPA	X			X		X

REFERÊNCIAS

BIANCHETTI, R. G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.

DOWBOR, L. “Reordenamento do poder e políticas neoliberais”, in **Globalização, metropolização e políticas neoliberais**, GADELHA, R. M. A. Fonseca (org.) São Paulo, Educ, 1997.

FERREIRA, R. **O conhecimento científico nas ciências sociais: Caracterização e procedimentos**. Recife: Editora Universitária – UFPE, 1998.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo, Edições Loyola, 1993.

HORA, D. L. da. **Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva**. Campinas, Papyrus, 1994. Janeiro: Editora da FGV, 1999.

MEC/COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – CONAES. **Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior**. 2004.

MEC/SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – SINAES. **Roteiro de Autoavaliação Institucional**. 2004.

MODESTO, P. **Reforma administrativa e marco legal das organizações sociais no Brasil**, 1998. (<http://www.mare.gov.br>)

OLIVEIRA, D. A. (Org.) **Gestão Democrática da Educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

PIMENTA, C. C. **A reforma gerencial do Estado brasileiro no contexto das grandes tendências mundiais**, 1998. (<http://www.mare.gov.br>)

PIMENTA, S. G. e ANASTASIOU, L. G. C. **Docência no Ensino Superior**. Vol. 1. São Paulo: Cortez, 2002 (Coleção Docência em Formação)

SGUISSARDI, V. e S. JR., J. dos R. (Org.) **Educação superior: análise e perspectivas de pesquisa**. São Paulo: Xamã, 2001.